

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL

Relatório de Gestão do Exercício de 2010

Brasília-DF, março de 2011



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

- i. Escola de Administração Fazendária (ESAF), órgão público da administração direta do Ministério da Fazenda;
- ii. Relatório de Gestão do exercício de 2010;
- iii. Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que este Órgão está obrigado nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010, consolidando as informações sobre a gestão das unidades de sua estrutura e agregando a gestão do Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento (FUNTREDE).

Brasília DF, 31/03/2011



SUMÁRIO

DESCRIÇÃO	<i>PÁGINA</i>
1. Introdução - Apresentação	05
2. Objetivos e Metas Institucionais	07
2.1. Responsabilidades Institucionais: O papel da ESAF na execução das políticas públicas	07
2.2. Estratégia de Atuação	07
2.3. Quadro geral das capacitações e outras participações realizadas pela ESAF em 2010	08
<u>2.3.1. Esaf - Sede</u>	09
2.3.1.1. Recrutamento e Seleção (Diretoria de Recrutamento e Seleção - DIRES)	09
2.3.1.2. Centro de Formação (CEFOR)	10
2.3.1.3. Cooperação Técnica (Diretoria de Cooperação e Pesquisa – DIRCO)	11
2.3.1.4. Pesquisa e Pós-Graduação (Diretoria de Educação – DIRED)	13
2.3.1.5. Diretoria de Atendimento (DIRAT)	14
2.3.1.6. Diretoria de Administração (DIRAD)	16
2.3.1.7. Centro Estratégico de Educação a Distância (CEEAD)	18
2.3.1.8. Gerência de Tecnologia e Informação (GERTI)	18
2.3.1.9. Educação Fiscal (GEREF)	19
2.4. CentrEsafs	20
2.4.1. CentrEsaf - BA	20
2.4.2. CentrEsaf-CE	21
2.4.3. CentrEsaf-DF	21
2.4.4. CentrEsaf-MG	22
2.4.5. CentrEsaf-PA	22
2.4.6. CentrEsaf - PE	22
2.4.7. CentrEsaf-PR	23
2.4.8. CentrEsaf-RJ	23
2.4.9. CentrEsaf-RS	24
2.4.10. CentrEsaf-SP	24
2.5. QUADROS PARA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO DO	25
EXERCÍCIO DE 2010 (Base Normativa: Portaria-TCU nº 277/2010) ITEM 1 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	25
Identificação das UJ Relatório de Gestão Consolidado e Agregado	25
ITEM 2 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	26
Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	26
a) Programa 0777 – Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins	26
	20
b) Programa 8010 – Educação Fiscal Evacuação Física dos açãos realizados polo III	
Execução Física das ações realizadas pela UJ	28

Ministério da Fazenda



Identificação das Unidades Orçamentárias	29
Programação de Despesas Correntes	29
Programação de Despesas Capital	29
Quadro Resumo da Programação de Despesas	29
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	30
Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ	30
Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	31
Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	31
Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	32
Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	33
ITEM 3 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	33
Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	33
ITEM 4 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	33
Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	33
ITEM 5 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	34
Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010	35
Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010	35
Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010	35
Composição do Quadro de Estagiários	35
ITEM 9 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	36
Estrutura de controles internos da UJ	36
ITEM 10 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	37
Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	37
ITEM 11 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	38
Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	38
ITEM 12 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	39
Gestão de TI da UJ	39
ITEM 1 DA PARTE "B" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	40
Declaração do Contador com Ressalva	40



Introdução

Este Relatório de Gestão está estruturado de maneira a apresentar a Escola de Administração Fazendária - ESAF. Sendo assim, descreve as atividades desta no ano de 2010; em seguida, presta contas, trazendo as informações solicitadas em tabelas anexas. Finalmente, apresenta a declaração do contador responsável.

Dos quadros apresentados, o primeiro trata da identificação da UJ em seu Relatório de Gestão Consolidado e Agregado. Uma vez que a Esaf possui dez CentrEsafs espalhados pelo país, os números e informações dessas foram consolidados no RG2010 da Esaf. Assim como o Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento (Funtrede) foi agregado a esse.

Em seqüência foram tratados os programas de governo, incluídos no PPA. Seus indicadores e execuções, concomitante com suas programações de despesas (correntes e capital). Após isso, foram relacionadas as modalidades de contratações percebidas em 2010. A Esaf, no intuito de realizar eventos (de educação e de seleção), contrata serviços e produtos sempre respeitando a Lei 8.666. No mesmo tópico, demonstra as despesas correntes e investimentos realizados.

Não foram feitos reconhecimentos de passivos no exercício de 2010.

Em sua parte 4, foram lançados os valores referentes aos restos a pagar dos exercícios solicitados. Na parte 5, foram separados conforme tabela os efetivos de pessoal. Os contratos de prestação de serviço, tais como limpeza, jardinagem e segurança, são gerenciados e pagos pela Superintendência Administrativa do Ministério da Fazenda SAMF MF. Também o são, os contratos de engenharia e manutenção. Dessa forma, os quadros referentes a esses contratos não se aplicam à Esaf. Nossos efetivos são subsidiados pelo MF, a menos dos estagiários e temporários cujos valores são descentralizados todos os meses. Nesses valores são incluídos, além dos salários, os benefícios e impostos.

A Esaf não realiza transferências externas ao Ministério. Assim, as transferências que ocorreram são apenas as descentralizações aos CentrEsafs. É bom esclarecer que todos os controles são concentrados no Sistema de Gestão de Projetos (Sigep), sistema desenvolvido conjuntamente com o Serpro para atender o controle e gerenciamento dos projetos implantados. Tal sistema elabora os Planos de Trabalho, controla os processos, seus colaboradores, suas despesas e ainda elabora as respectivas faturas. Dessa maneira, não houve ocorrências dos quadros referentes a transferências externas.

A seguir, vêm os questionários de avaliação de risco. Esses foram preenchidos conforme indicações dadas em reunião realizada no prédio do MF em 23 de fevereiro de 2011.

Na parte 11, arrolamos os bens imóveis que fazem parte do inventário da Esaf.

Já em sua parte 14 dos anexos, declaramos que a Esaf não realizou nenhuma renúncia fiscal até porque tal prática não está dentro de suas atribuições. Em seqüência, também não foram feitas deliberações pelo Tribunal de Contas da União (TCU), item 15 da parte A.

Foi incluída imagem da declaração do contador com sua respectiva assinatura e justificada a ressalva no item 2.4.7 do CentrEsaf-PR. Como a Esaf é órgão federal vinculado a Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, o quadro do item 4 da parte B também não se aplica.

Como foge do escopo da ESAF, não se aplicam informações a respeito de contribuições partidárias (item 1, parte C). Da mesma forma, não foram realizadas operações de risco o que não se aplica ao item 5 da mesma parte dos anexos.

Não se aplicam também os itens da parte 7, considerando que não existem ligações da Esaf com hospitais ou seus respectivos órgãos de ensino. Não foram feitas medições de riqueza para o item 10. Também por não possuir quadros de conselho ou administradores, o item 12 da parte C foi considerado como não aplicável.

Finalmente, a Esaf não contrata consultores na modalidade Produto no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais e nem realiza ações voltadas ao Plano Nacional de Desimobilização, itens 16 e 30 da parte "C". No mais, as ações abaixo demonstrarão o caráter e o foco da Esaf.



1. Apresentação

Atendendo às diretrizes estabelecidas nas Decisões Normativas nº 107, de 27 de outubro de 2010 e de nº 110, de 1º de dezembro de 2010 e consoante a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010 do Tribunal de Contas da União – TCU, a Esaf apresenta seu Relatório de Gestão para o exercício findo em 2010. Esse relatório apresenta os resultados obtidos naquele ano, a partir da observância do Orçamento da União e do Plano Plurianual - PPA 2008/2011, e das diretrizes PPA 2012/2015 do Governo Federal.

A Missão Institucional da Esaf é "Desenvolver pessoas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania", tendo como Visão de Futuro "Ser o centro de referência em geração e disseminação do conhecimento e no desenvolvimento integral de pessoas".

A origem da Escola remonta ao ano de 1945, com as primeiras experiências em cursos de aperfeiçoamento do Ministério da Fazenda. Em um processo de desenvolvimento progressivo, foi criado, em 1967, o Centro de Treinamento do Ministério da Fazenda – CETREMFA, que se transformou na Escola de Administração Fazendária – Esaf, por intermédio do Decreto Presidencial nº 73.115 de 8 de novembro de 1973.

Inaugurada em 28 de julho de 1975, a sede própria da Esaf passou a contar com um atual complexo educacional de linhas modernas e funcionais para atender aos órgãos da Administração Pública, com prioridade ao Ministério da Fazenda, para a realização de cursos, seminários, simpósios, congressos, reuniões, entre outros eventos de significativa relevância para as políticas públicas, notadamente com ênfase em finanças públicas.

Em 6 de agosto de 1975, ocorreu a institucionalização da Escola como Órgão Central de Direção Superior de Atividades Específicas do Ministério da Fazenda; em 1976, foram aprovados seu regimento interno e a regulamentação do Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento - Funtrede, caracterizando-a como um sistema de Educação Permanente e, desde então, tem estado presente na seleção e no desenvolvimento de servidores públicos.

Ligada ao Ministério da Fazenda, a Esaf é órgão específico singular de sua estrutura organizacional, consoante Decreto nº 7.301, de 14 de setembro de 2010.

A sede da Escola situa-se em Brasília, Distrito Federal, e é composta pelas seguintes unidades: Diretoria-Geral, duas Diretorias Adjuntas, cinco Diretorias, dois Centros Estratégicos, duas Gerências de Programas e uma Prefeitura.

Integram ainda a estrutura da Esaf dez Centros Regionais de Treinamento – CentrEsafs com jurisdição em todo território nacional, localizados na Capital Federal e nas demais capitais-sedes de Regiões Fiscais: Belo Horizonte (MG), Belém (PA), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP), além dos Pólos de João Pessoa (PB) e Manaus (AM).

A Casa dos Contos de Ouro Preto (MG) foi administrada por esta Escola até outubro de 2010, por meio da GRA-MG, com base no Termo de Entrega da Secretaria do Patrimônio da União - SPU, de 04/06/1984. Naquela ocasião, o respectivo Termo foi cancelado, conforme Ofício nº 2.968/2010/DIGEP/SPU/MG, de 28 de outubro de 2010, da Secretaria do Patrimônio da União, e a administração da Casa dos Contos transferida à Superintendência do Ministério da Fazenda em Minas Gerais – SAMF/MG, através do Termo de Entrega do SPU/MG de 14/10/2010.



2. Objetivos e Metas Institucionais

2.1. Responsabilidades Institucionais: O papel da Esaf na execução das políticas públicas.

Tendo o Ministério da Fazenda a incumbência de promover uma gestão econômica pautada por medidas estruturais que assegurem a sustentabilidade do desenvolvimento, as ações da Esaf são pautadas na capacitação e desenvolvimento de pessoas que se inserem no contexto das políticas públicas, realizando institucionalmente a sua missão de promover o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania. Para tanto, atua no recrutamento, seleção, formação e desenvolvimento de pessoas, buscando promover consciência social e fiscal e propiciar meios para o desempenho eficaz na formulação de políticas que contribuam para o desenvolvimento das administrações públicas. Ao mesmo tempo, desenvolve ações efetivas que contemplem estudos afetos à política tributária brasileira e ao acompanhamento da aplicação dos recursos públicos, de modo a favorecer o exercício da cidadania.

Mantendo a continuidade e o aperfeiçoamento de suas ações nos campos da seleção, formação, capacitação e desenvolvimento de servidores públicos, a Esaf ampliou o escopo da sua atuação, utilizando a tecnologia de educação a distância, realizando cursos para outros órgãos da Administração Pública, formulando convênios e acordos de cooperação técnica com organismos nacionais e internacionais, promovendo cursos de pós-graduação e concursos nacionais de monografias.

Dessa forma, como escola de governo a serviço da sociedade, a Esaf tem buscado, ao longo de sua existência, funcionar como centro de produção e difusão do conhecimento, aberta às mais diversas perspectivas de investigação e debates na área das finanças públicas e capaz, por isso, de refletir, com neutralidade e equilíbrio, os infinitos matizes da realidade e também de propiciar o desenvolvimento profissional do servidor público brasileiro, assumindo como finalidades básicas selecionar e capacitar pessoas; promover estudos e pesquisas na área de finanças públicas e áreas afins; contribuir para a modernização das instituições que atuam na área de finanças públicas; buscar permanentemente a qualidade na gestão das finanças públicas; estabelecer intercâmbio com organismos nacionais e internacionais; e desenvolver estudos e pesquisas na área de tecnologia educacional.

Nesse sentido, a Esaf pretende, objetivamente, tornar-se o centro de referência em geração e disseminação do conhecimento e no desenvolvimento integral de pessoas, contribuindo para a modernização e o aperfeiçoamento da administração pública brasileira.

Adicionalmente, a preocupação com o meio ambiente, além da coleta seletiva de material descartável, resultou também em cooperação mais estreita com o Jardim Botânico de Brasília, com a criação de uma trilha ambiental ligando as duas instituições, bem assim, pela colocação da infra-estrutura da Escola a disposição do Ministério do Meio Ambiente para realização de conferências internacionais sobre a matéria.

2.2. Estratégia de Atuação

A Esaf vem, ao longo de sua existência, organizando e executando atividades de capacitação e desenvolvimento em todo o território nacional, no âmbito da administração direta ou indireta do Serviço Público das três esferas de Governo, municipal, estadual ou federal, ministrando, inclusive, cursos à distância.

Os eventos de âmbito nacional são coordenados pela unidade central e as atividades regionais de capacitação e desenvolvimento e de recrutamento e seleção são exercidas pelas diretorias regionais - CentrEsafs, que assumem a responsabilidade pela realização de projetos nessas áreas.

As oportunidades de capacitação oferecidas pela Esaf inserem-se na Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal – PNDP, instituída pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que tem entre suas finalidades a melhoria da eficiência e da eficácia dos serviços públicos por meio do



desenvolvimento permanente do servidor público; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições. Resultam, ainda, do esforço de universalização, compartilhamento e integração das ações de capacitação, com maior racionalização e economicidade dos recursos aplicados, de acordo com os objetivos preconizados pela Portaria MF nº 245, de 2 de outubro de 2007.

Os eventos foram estruturados em trilhas de capacitação: Gestão; Tributação; Orçamento e Finanças e Promoção e Defesa das Atividades Econômicas, alinhadas aos macroprocessos fazendários.

2.3 - Quadro geral das capacitações e outras participações realizadas pela ESAF no ano de 2010.

		CAPACITAÇÃO								OUTRA	S PARTI	CIPAÇ	ÖES		
ESAF	Área Executora	CURSOS DE FORMAÇÃO (04)	CURSOS DE PÓS- GRADUAÇÃO (05)	CURSOS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (03)	OUTROS CURSOS E TREINAMENTOS (01)	CONGRESSO, SIMPÓSIO, PAINEL, FORUM (07)	OFICINA (WORKSHOP) E GRUPO DE TRABALHO (09)	TOTAL	(CONCURSO PÚBLICO) (11) E (12)	CONCURSO DE MONOGRAFIAS (02)	CONFERÊNCIA E PALESTRA (06)	REUNIÃO E ENCONTRO (13)	CESSÃO DE ESPAÇO E APOIO LOGÍSTICO (18)	OUTROS	TOTAL
	Cecab	0	0	0	176	0	0	176	0	0	0	0	0	0	0
	Cefor	734	0	0	495	571	0	1.800	0	0	0	0	0	0	0
	DIRAD	0	0	0	0	0	30	30	0	0	0	0	0	0	0
is	Dirat	0	0	0	1.672	8.056	244	9.972	0	360	0	2.208	227	74	2.869
Centrais	Dirco	0	0	0	97	640	97	834	0	0	0	20	0	65	85
en	Dired	0	35	0	0	300	0	335	0	227	250	0	0	0	477
C	Dires	0	0	0	70	0	0	70	19	0	0	0	0	7	26
os	Dirge	0	0	0	0	0	. 0	0	0	0	0	0	0	0	0
Órgãos	GEEAD	0	0	40.126	94	0	0	40.220	0	0	0	0	0	2.377	2.377
ō	Geref	0	0	0	890	0	0	890	0	0	0	0	0	0	0
	Gerti	0	0	0	563	35	0	598	0	0	0	88	0	0	88
	Prefeitura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	TOTAL SEDE	734	35	40.126	4.057	9.602	371	54.925	19	587	250	2.316	227	2.523	5.922
	Centresaf /RJ	140	0	0	3.641	682	480	4.943	0	0	50	0	0	423	473
	Centresaf MG	159	0	0	3.729	943	0	4.831	0	0	43	69	0	0	112
is	Centresaf-BA	111	0	0	1.419	662	995	3.187	0	0	53	315	0	100	468
Ë	Centresaf-RS	143	0	0	3.613	557	65	4.378	0	0	130	24	0	146	300
gi	Centresaf/ CE	137	0	0	1.014	1.426	21	2.598	0	0	0	116	0	0	116
Regionais	Centresaf/ PA	135	0	0	1.985	440	131	2.691	0	0	38	0	30	0	68
	Centresaf/ PE	124	0	0	2.244	610	666	3.644	0	0	64	121	0	0	185
ão	Centresaf/ PR	36	0	0	2.721	182	54	2.993	-	0	483	183	0	22	688
Órgãos	Centresaf/ SP	136	0	0	3,573	429	0	4.138	-	0	83	0	0	0	83
Ó	Centresaf/DF	189	0	0	4.160	541	242	5.132	-	0	80	365	0	30	475
	TOTAIS REGIONAIS	131	0	0	28.099	6.472	2.654	38.535	-	0	1.024	1,193	30	721	2.968

Fonte: Sigep

Obs.: Na coluna "Processo Seletivo", o número apresentado refere-se à processo seletivo interno para cargos de dirigentes do MF e não contempla os processos seletivos externos.



2.3.1 - ESAF - Sede:

A Sede apresentou os seguintes resultados, conforme demonstração abaixo especificada:

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira (R\$ 1,00)	14.826.178	9.360.007	63,13
Física (Capacitações)	38.856	54.925	141,36

Indicadores	Previsto %	Realizado %	% de atingimento
Grau de satisfação do aluno	90,00	93,20	103,56
Grau de satisfação do órgão-cliente	90,00	96,03	106,70

Fonte: Sistema de Gestão de Projetos SIGEP

2.3.1.1 - Recrutamento e Seleção (Diretoria de Recrutamento e Seleção - Dires)

A Escola desenvolve, organiza e executa atividades de recrutamento e seleção em todo o território nacional, na Administração direta e indireta do Serviço Público, nas esferas municipal, estadual e federal, por intermédio de suas unidades descentralizadas, de profissionais capacitados para o desempenho da gestão de funções públicas.

A realização de concursos públicos, seja para o Ministério da Fazenda, seja para instituições conveniadas, constitui-se uma das principais atividades da Esaf, considerando que, a cada concurso realizado, verifica-se o crescimento da confiança que toda a Administração Pública e a população depositam nos serviços da Escola. Ao mesmo tempo, esses serviços vão ganhando em qualidade, uma vez que a Esaf – a par da experiência acumulada durante os mais de trinta anos em que realiza concursos públicos – busca permanentemente novas tecnologias para o desempenho dessas atividades, sem perder de vista a seriedade, o sigilo, a transparência e a respeitabilidade.

A ação que alicerçou o trabalho da Dires em 2010, descrita no Plano Plurianual, revelou superação da meta física em 1.142 candidatos selecionados e o resultado financeiro superou o previsto em 23,86%, conforme descrito abaixo:

AÇÃO: 2250 – Seleção e Formação de Recursos Humanos em Finanças Públicas e Áreas Afins Recrutamento e Seleção:

Programação Física	Previsto	Realizado	% de atingimento
Físico – candidato selecionado/unidade	2.000	3.142	157,10%
Financeiro DIRES – 1ª Etapa (R\$1,00)	30.000.000,00	37.157.880,00	123,86%

Fonte: Projetos/Relatórios-DIRES-2010

Nesse sentido, vale pontuar que a Dires não tem governabilidade sobre quando e quais órgãos serão autorizados a realizar concursos públicos em determinado exercício, para preenchimento de vagas em seus quadros funcionais. Não se sabe também, *a priori*, quais desses órgãos darão preferência à Esaf para realização das seleções autorizadas. Por essas razões, a quantidade de candidatos selecionados é de certa forma aleatória, condicionada às condições físicas e materiais da Dires em atender as demandas dos órgãos clientes, bem como da decisão deles em realizar os certames com a Escola. Por outro lado, o ajuste da economia brasileira, imposto pelo Governo, deverá acarretar drástica redução dos concursos públicos para 2011.

Com a experiência acumulada ao longo de sua existência e com a possibilidade de rápida mobilização de sua infra-estrutura em todo o território nacional - por meio dos Centros Regionais de



Treinamento – CentrEsafs, e, nos Estados que não possuem CentrEsafs, das Superintendências de Administração do Ministério da Fazenda - SAMFs e, ainda, de unidades da Receita Federal do Brasil - a Dires vem desempenhando atividades relacionadas a recrutamento e seleção, contando na Sede com uma equipe de 15 servidores, que detém vasta experiência na área.

Para o desempenho a contento do papel que lhe cabe como Diretoria responsável pelos concursos públicos, tanto para o Ministério da Fazenda como para órgãos da administração pública, nos três níveis de governo, a Dires procura permanentemente se municiar de recursos humanos, materiais, intelectuais e logísticos para o desempenho de suas funções, que, nos últimos anos, tem se materializado positivamente pelo alto nível de renomados profissionais e especialistas contratados para a consecução dos objetivos inerentes à sua atuação, seja na logística, na execução, na aplicação de provas ou na composição de bancas examinadoras.

Os concursos públicos concluídos, em 2010, para diferentes esferas governamentais, tiveram 327.726 inscritos e 3.142 candidatos aprovados em 12 cargos distintos, onde novos servidores públicos foram selecionados a ocuparem funções típicas de estado, para os seguintes órgãos: Ministério do Planejamento; Secretaria da Receita Federal do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários e Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda, Ministério do Trabalho e Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

A arrecadação no ano chegou a R\$ 37.157.880,00, considerando os concursos concluídos e os ainda em andamento. Dessa forma, vale a constatação de que uma das principais fontes de arrecadação para a Escola é a realização de concursos públicos.

Após a execução dos concursos públicos, a Esaf, por intermédio do Centro Estratégico de Formação e Educação Permanente – Cefor realiza a formação inicial desses candidatos a servidores públicos, selecionados na primeira etapa pela Dires. A Diretoria, dessa forma, produz os elementos norteadores para a formação inicial e a educação continuada, contribuindo significativamente com a administração pública brasileira ao selecionar o melhor candidato a ocupar função pública.

2.3.1.2 - Centro de Formação (Cefor)

O Centro Estratégico de Formação e Educação Permanente - Cefor realiza atividades presenciais relacionadas à formação inicial e continuada, bem como ao desenvolvimento de carreiras técnicas (inclusive para fins de promoção funcional) e de dirigentes dos Órgãos e Entidades Públicas demandantes, em especial Órgãos de Fazenda Pública de todas as esferas de governo.

O Cefor também participa da formulação e do acompanhamento de atividades nas áreas acima mencionadas, quando realizadas na modalidade à distância, em colaboração com o Centro Estratégico de Educação a Distância - CEEAD.

A formação inicial pode configurar etapa de concursos públicos realizados integral ou parcialmente pela Esaf ou curso de ambientação e/ou capacitação de servidores recém ingressos no Serviço Público.

Como etapa dos concursos públicos, os Cursos de Formação têm por objetivo básico propiciar ao candidato um programa de desenvolvimento e integração com o Serviço Público, preparando-o e fornecendo-lhe as ferramentas necessárias para o desempenho das atividades inerentes ao cargo que irá assumir.

A composição da estrutura curricular privilegia as áreas de conhecimento, distribuídas nas dimensões humana, institucional e técnico-profissional. A preparação pedagógica dos instrutores e especialistas é realizada por meio de seminários, para o alinhamento estratégico e a preparação de material didático exclusivo.

No ano de 2010, foram realizados eventos com um total de 4.073 (quatro mil e setenta e três) participantes, ao custo total de R\$ 3.978.097,41 (três milhões, novecentos e setenta e oito mil, noventa e sete reais e quarenta e um centavos), envolvendo servidores da Secretaria Executiva, Receita



Federal do Brasil - RFB, Secretaria do Tesouro Nacional, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, Controladoria Geral da União - CGU e Ministério do Trabalho. Esse número de participantes inclui as capacitações realizadas pelos CentrEsafs, supervisionadas pelo Cefor.

2.3.1.3 - Cooperação Técnica (Diretoria de Cooperação e Pesquisa - DIRCO)

Seu principal objetivo é "ampliar parcerias estratégicas nacionais e internacionais", com foco em capacitação de servidores públicos. Em 2010, foi estabelecida como meta a implementação de 3 parcerias internacionais com a Esaf. Foram firmadas 2 novas parcerias internacionais, com a assinatura e implementação dos Memorandos de Entendimento com o Instituto de Estudos Fiscais – IEF da Espanha e a renovação com o FMI, com participação ampliada do MRE e do BACEN.

A referida meta não foi alcançada em sua totalidade, porque no ano de 2010, a Esaf/Dirco definiu como prioridade a implementação dos acordos firmados em 2009 e não a negociação de novos acordos. Em cumprimento a essa diretriz, em 2010 a Dirco realizou 23 ações de cooperação decorrentes de acordos firmados com diversos organismos internacionais (cooperação multilateral) e instituições governamentais (cooperação bilateral), abrangendo a participação em eventos de capacitação de servidores brasileiros e estrangeiros.

Cooperações Técnicas (nacionais e internacionais) firmadas ou em andamento durante 2010:

1 - FMI - Centro Regional Conjunto de Capacitação para a América Latina no Brasil – Cecab

O acordo de cooperação estabelecendo a criação do Cecab foi firmado em abril de 2001 entre o Ministério da Fazenda do Brasil e o Fundo Monetário Internacional - FMI. O Centro tem como objetivo ministrar cursos de formação em economia orientados para a formulação de políticas públicas e em campos operacionais correlatos, voltados para funcionários públicos do Brasil e da América Latina, entre eles: Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela, México, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e República Dominicana. Também costumam ser convidados para participar dos cursos, funcionários públicos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP como: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Timor Leste e São Tomé e Príncipe.

Em maio de 2010, o centro fortaleceu-se com a assinatura de Memorando de Entendimento que passou a contar também com a parceria do Ministério das Relações Exteriores do Brasil - MRE, por meio do Departamento de Finanças e Serviços e da Agência Brasileira de Cooperação, e o Banco Central do Brasil - BACEN, por meio da Universidade Banco Central do Brasil, para melhor atender os participantes dos cursos programados.

Em 2010 foram ministrados 10 cursos e capacitados servidores públicos da América Latina e da CPLP. Em seus 10 anos de existência o Cecab capacitou 3.025 pessoas.

2 – OMA – Organização Mundial das Aduanas

Em dezembro de 2009, foi assinado Memorando de Entendimento entre a Esaf, a RFB e a OMA, com o objetivo criar um Centro Regional Conjunto de Capacitação - CRC da OMA/Esaf/RFB, sediado na Esaf, e voltado para toda a América Latina e Caribe, a fim de oferecer cursos, seminários e visitas técnicas com vistas ao fortalecendo das capacidades aduaneiras nas áreas de logística, de tecnologia e de pessoas. O início de funcionamento do Centro deu-se em abril de 2010 e, ao longo do ano, 271 especialistas aduaneiros reuniram-se em eventos promovidos para debater boas práticas em "Cooperação para melhoria do comércio exterior", "Sistema Harmonizado" e "Valoração Aduaneira"



3 - CIAT – Centro Interamericano de Administração Tributária

O primeiro Memorando de Entendimento entre a Esaf e o Ciat foi firmado em 1997 e desde então foram desenvolvidas inúmeras ações de cooperação técnica na área de administração tributária. Em abril de 2009, novo Memorando foi assinado, com a participação da RFB, com o objetivo de ampliar as ofertas de capacitação para os profissionais fazendários e, no futuro, estabelecer um Centro Regional Conjunto de Capacitação, sediado na Esaf, visando aprimorar a formação tributária para a América Latina e países africanos de língua portuguesa. Vale destacar que um dos principais resultados desta cooperação foi a definição de módulo específico para dirigentes da Administração Tributária no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Dirigentes Fazendários.

4 - França/IGPDE

Em maio de 2009 foi firmado o Memorando de Entendimento entre o Instituto de Gestão Pública e do Desenvolvimento Econômico – IGPDE da França e a Esaf, com o objetivo de promover o intercâmbio de conhecimentos e a cooperação técnica, no âmbito da formação continuada e da capacitação dos servidores públicos do Brasil e da França.

Durante reunião com o Diretor Geral do IGPDE foram estabelecidos os temas prioritários para 2010: Integração Regional Aduaneira e Formação de Altos Dirigentes do MF, com financiamento por parte da Embaixada da França no Brasil, do IGPDE e da Esaf. Nesse sentido, foram realizados ao longo do ano encontros específicos que reuniram 90 técnicos das duas partes para ampliar o conhecimento em torno dos temas: integração regional e formação de dirigentes.

5 - Moçambique - Autoridade Tributária de Moçambique

Memorando de Entendimento, assinado em 25/11/09, entre a Autoridade Tributária de Moçambique e a Esaf, com o objetivo de promover a cooperação técnica e o desenvolvimento dos profissionais da administração fazendária. A Agência Brasileira de Cooperação – ABC possui grande interesse e está financiando parte deste acordo, no âmbito de seu programa que prevê o fortalecimento das cooperações prestadas pelo Brasil, cujo foco é a transferência de conhecimento para países em desenvolvimento.

6 - EUROsociAL Fiscal

EUROsociAL Fiscal é um Programa regional de cooperação com América Latina, promovido pela Comissão Européia, com o objetivo de contribuir para o aumento da coesão social ou para a redução das desigualdades sociais das sociedades latino-americanas, atuando nas políticas públicas de cinco áreas prioritárias: educação, saúde, justiça, fiscal e emprego.

O Programa pretende fortalecer e introduzir, por meio do intercâmbio de experiências, ferramentas inovadoras que contribuam com as autoridades públicas latino-americanas no processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas voltadas para a coesão social.

A coordenação do Programa está a cargo do Comitê Intersetorial, que no caso do setor Fiscal no Brasil, a coordenação fica a cargo da RFB, e a Esaf como instituição parceira conta também com uma representante indicada.

7 – ESPANHA - Instituto de Estudos Fiscais – IEF

Em junho de 2010, foi firmado Memorando de Entendimento entre a Esaf e o IEF da Espanha, com o objetivo promover a cooperação técnica e o intercâmbio de conhecimentos e experiências para o desenvolvimento de profissionais da administração fazendária. A partir dessa cooperação, já logrou-se desenvolver curso específico sobre "práticas aduaneiras" direcionado para profissionais da área.



2.3.1.4 - Pesquisa e Pós-Graduação (Diretoria de Educação – Dired)

1. Programas realizados

A Dired realizou as seguintes atividades em 2010: Desenvolvimento de cursos de pósgraduação (*lato* e *stricto sensu*) nos temas de finanças públicas e áreas correlacionadas, em conformidade às necessidades do Ministério da Fazenda, realizados diretamente pela Dired ou mediante parcerias com universidades ou fundações de pesquisa, observada a legislação pertinente; Estudos e pesquisas na área de finanças públicas, em assuntos de interesse do Ministério da Fazenda, por meio de grupos de pesquisa e Prêmios de Monografias; Administração das atividades da Biblioteca, inclusive quanto à gestão de suas publicações, e Administração das atividades da Secretaria Escolar, incluindo a preservação do acervo educacional.

2. Pós-Graduação

Em 2010, a Dired concluiu a primeira turma do curso de especialização em Educação Fiscal e Cidadania, deu continuidade à segunda turma do curso de especialização em Educação Fiscal e Cidadania e às turmas dos cursos de especialização em Administração Orçamentário-Financeira e em Direito Tributário, e abriu dois novos cursos: a segunda turma do curso de especialização em Direito Tributário e o curso de especialização em Finanças Públicas, com ênfase em Administração Orçamentário-Financeira.

Esses cursos são realizados na sede da Esaf em Brasília, em conformidade com a Portaria MEC nº 520, de 29/04/2008, que conferiu à Escola credenciamento especial para oferta de cursos de pósgraduação *lato sensu*.

A Dired realizou também duas turmas de mestrado (pós-graduação *stricto sensu*) em parceria com a Universidade de Brasília - UnB: sexta turma do Mestrado em Economia do Setor Público - MESP e a primeira turma do Mestrado em Administração, área de concentração Orçamento Público. As aulas concluíram no mês de dezembro de 2010, e as defesas das dissertações estão previstas para o inicio do mês de agosto de 2011.

Realizou-se também no decorrer do ano o Ciclo de Palestras, como complementação acadêmica aos alunos dos cursos de especialização, e um seminário em celebração aos 10 anos do Mestrado em Economia do Setor Público, em que foi lançado o livro Economia Pública Brasileira, com artigos redigidos por alunos e professores do curso e publicado pela Esaf.

3. Estudos e Pesquisas

As atividades de estudos e pesquisas da Esaf se consolidaram em 2010, não só com a realização dos Prêmios de Monografias, mas também com a realização de dois programas de estudos e pesquisas — o Programa de Estudos do Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros (FFEB) e o Grupo de Pesquisa em Finanças Públicas — além de dar continuidade ao Observatório de Política Fiscal (OPF).

4. Prêmios de Monografias

No ano de 2010 foram realizados oito concursos de monografias, sendo três em sua primeira edição: Prêmio Esaf de Monografias em Educação Fiscal e Financeira; Prêmio de Artigos Científicos da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda sobre Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público; Prêmio CARF de Monografias em Direito Tributário 2010; Concurso de Monografias da Controladoria Geral da União – CGU; V Prêmio SEAE de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica; III Prêmio SOF de Monografias; Prêmio de Criatividade e Inovação Auditor-Fiscal da Receita Federal José Antonio Schöntag - 9ª edição; XV Prêmio Tesouro Nacional – Homenagem a Joaquim Nabuco.



5. Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros (FFEB)

Com o objetivo de promover, realizar e divulgar estudos sobre temas ligados às finanças públicas e que sejam relevantes para o fortalecimento das relações federativas no Brasil, o programa de estudos do FFEB contou com a participação de técnicos indicados pelas secretarias de fazenda, finanças e tributação dos Estados para a produção do conhecimento em 4 temas: gestão fiscal eficiente, análise do desempenho de receitas estaduais, responsabilidade fiscal e sistemas de previdência social. Os temas foram distribuídos em 4 núcleos, cada qual funcionando sob a orientação de um professor especialista selecionado pela Dired.

6. Grupo de Pesquisa em Finanças Públicas (GPFP)

Programa em que foram realizados estudos sobre os temas: orçamento público, gasto público e dívida pública; comércio exterior e finanças internacionais; regulação de mercados e políticas setoriais; tributos e receitas públicas. Os temas foram distribuídos em 7 grupos de estudos, e estes estudos foram realizados por servidores federais ou municipais, sob a coordenação de orientadores com titulação de mestre ou doutor e experiência na linha temática em que atuou.

Os trabalhos apresentados no FFEB e no Grupo de Pesquisa serão publicados pela ESAF, na $10^{\rm a}$ edição do Caderno de Finanças Públicas, em 2011.

7. Observatório de Política Fiscal (OPF)

Em 2010 foram realizadas três reuniões técnicas onde foram debatidos temas atuais sobre a política fiscal brasileira, com a participação de especialistas convidados. Destaque para a pesquisa a respeito da percepção de indivíduos sobre a política fiscal brasileira, realizada em abril deste ano, cujo resultado foi apresentado na reunião do OPF em junho.

8. Biblioteca

A Biblioteca da Esaf é responsável por apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela ESAF, bem como pela gestão das publicações da ESAF, dentre elas o Caderno de Finanças Públicas. A utilização das instalações do acervo e dos serviços da Biblioteca está regulamentadas pelas Portarias Esaf nº 96 e 118/2009.

9. Secretaria Escolar (SESCO)

A Secretaria Escolar é responsável pela emissão de certificados ou declarações de participação ou aproveitamento em atividades de ensino desenvolvidas pela ESAF, conforme disposto nas Portarias ESAF nº 165/2008 e 108/2009, e também pela preservação do acervo educacional da Escola, devidamente guardado em arquivo no depósito.

As principais realizações da Secretaria Escolar em 2010 foram: Emissão de Certificados e Declarações: é a principal atividade da Secretaria Escolar. Em 2010 foram emitidos 10.485 certificados e 3.722 declarações, representando em relação a 2009, um crescimento respectivo de 90% e 1.464%; Livros de registro escolar: Foi desenvolvido e criado o livro digital, substituindo o processo manual de registros de emissão de certificados, sendo gerados 37 livros contendo 300 registros em cada, todos devidamente encadernados e arquivados.

2.3.1.5 - Diretoria de Atendimento (Dirat)

A Diretoria de Atendimento e Coordenação de Programas – Dirat, que tem a função precípua de planejar e coordenar programas bem como executar e supervisionar, congressos, seminários e outros



eventos realizados na sede da Esaf, realizou no ano de 2010, 83 eventos diversos com um total de 20.402 participantes, sendo desse total, 15.650 servidores do Ministério da Fazenda e 4.752 de outros órgãos como, CGU, Comissão de Ética da Presidência da República, MMA, MPOG, SEFAZ/RS, TCE/MG, TCE/PR. Esse número de participantes inclui as capacitações realizadas pelos CentrEsafs, supervisionadas pela DIRAT.

Dentre os eventos realizados em 2010 destacamos:

- 1. PAD Processo Administrativo Disciplinar teve como objetivo a formação de servidores públicos para compor as comissões de sindicâncias, tendo como cliente a CGU/PR. Em 2010 foram realizadas 68 turmas em quase todos Estados da federação e no Distrito Federal, num total de 2.040 participantes.
- 2. VII Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas, e teve como objetivo, atualizar, aperfeiçoar e gerar conhecimentos relativos aos instrumentos de planejamento, orçamento, administração financeira e compras no âmbito da Administração Pública Federal. Este Evento foi realizado em parceria com o Ministério do Planejamento, CGU e TCU, tendo como patrocinadores a ABOP, Banco do Brasil e CPRM. Nesta sua 7ª edição o evento foi realizado nas cidades do Rio de Janeiro-RJ, Natal-RN, Belém-PA, Canela-RS e Brasília-DF, com média de 500 participantes por edição.
- 3. III Congresso Internacional Software Livre e Governo Eletrônico CONSEGI-2010 teve como objetivo, promover a troca de experiências e informações entre instituições da Administração Pública, sociedade civil organizada e representantes de países parceiros, Evento realizado pelo SERPRO em parceria com a Esaf com média de 2 000 participantes.
- 4. Atualização Tecnológica da Fiscalização (Auditoria Digital Fazendária e Previdenciária), teve como objetivo, capacitar os auditores fiscais da RFB, atuantes na área de fiscalização e de seleção de contribuintes, tendo em vista a criação e implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), das Notas Fiscais Eletrônicas do Sistema de Auditoria Digital Contábil. O evento aconteceu em 21 Estados Brasileiros. Foram capacitados 2 079 servidores;
- 5. I Congresso "Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público", teve como objetivo, discutir a estratégia de disseminação, elaboração e uso de informação de custos no setor público no Brasil, bem como intensificar a agenda de cooperação que vem sendo desenvolvida no âmbito governamental, acadêmico e do terceiro setor com intuito de melhorar a eficiência e qualidade do gasto público .Este evento foi realizado pela Secretaria executiva do MF em parceria com a Esaf, MP, FGV e Instituto Íris, com o apoio da Embaixada Britânica, CFC, SERPRO e SEBRAE, teve a participação (presencial) de 518 servidores e sendo transmitido, via "stream", para diversos pontos.
- 6. XI Seminário Internacional Ética na Gestão Ética, Direito e Democracia, evento realizado pela Comissão de Ética Pública da República, em parceria com a ESAF, teve como objetivo debater temas relacionados à ética, envolvendo agentes públicos e especialistas, contou com 321 participantes.
- 7. Capacitação de Servidores e Agentes Públicos quanto à Ética Pública Curso de Apuração da Ética teve como objetivo os integrantes das Comissões Ética dos Órgãos e entidades da Administração Pública Federal para atuar nos processos de Apuração Ética na forma da Resolução n° 10 de 29 de setembro de 2008. Foram realizadas cinco turmas com um total de 184 participantes.



- 8. Seminário Internacional Programa de Desenvolvimento de Dirigentes Fazendários PDFAZ, Módulo II Curso de Administração Tributária, teve como objetivo realizar as atividades presenciais previstas no módulo, com a participação de 192 servidores.
- Módulo I Gerencial PDFAZ, com objetivo de realizar as atividades presenciais do módulo, com a participação de 126 servidores.
- 9. Reunião Internacional "I REED + Partnership Expert Meeting", teve como objetivo deliberar sobre aspectos operacionais do REED + Partnership, tais como as atribuições dos co-chairs, relacionamento com o "Forest Carbon Partnership Facility FCPF e com o UM-REED". Preparação /deliberação sobre plano de trabalho, atividades e produtos para as reuniões das próximas conferências das partes sobre a biodiversidade (Nagoya) e mudanças do clima (Cancun), evento realizado sobre a coordenação do Ministério do Meio Ambiente com apoio da Casa Civil e Ministério das Relações Exteriores e parceria da embaixada do Japão e da ESAF, contou com 124 participantes.
- 10. VIII Encontro de Planejamento e Gestão da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN teve como objetivo o desenvolvimento da capacidade gerencial a partir das informações estruturais da PGFN, nivelamento de conhecimentos e informações entre a unidade central e as unidades descentralizadas, contou com 495 participantes.
- 11. I Encontro de Mobilizadores da Modernização Fiscal nos Territórios da Cidadania, teve como objetivo formar uma rede do PNAFM para disseminação de ações nos municípios dos territórios da Cidadania, criação de capacidade nos mobilizadores que subsidiarão o alcance dos objetivos do PNAFM no que se refere à formação de turmas, planejamento, logística, motivação, treinamento ao exercício do papel de mobilizadores nos Territórios da Cidadania. O evento teve a Coordenação da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, através da UCP e contou com 250 participantes.

Além dos grandes eventos enumerados, foram realizados pela DIRAT outros 72 eventos no ano de 2010.

2.3.1.6 - Diretoria de Administração (DIRAD)

No exercício de 2010, a Dirad, cumprindo suas obrigações trabalhou no desenvolvimento das seguintes frentes.

Padronização e melhoria de processos:

Por entender que a melhoria na prestação de serviços depende fundamentalmente de pessoas conscientes de suas responsabilidades, adequadamente capacitadas e orientadas, e com acesso às informações necessárias, diversas ações foram implementadas a fim de padronizar e melhorar os processos de trabalho, capacitar os servidores e integrar as áreas:

- POPs (procedimentos operacionais padrão) foram elaborados e disponibilizados na rede: Avaliação de Desempenho, Cartilha do Patrimônio, Necessidades de Capacitação, Solicitações de Serviços Gráficos, Pagamento de Colaboradores, Termos de Cooperação, Solicitação de Estagiários;
- Foram implantados novos formulários e sistemática de avaliação de desempenho, abrangendo servidores, terceirizados, colaboradores contratados e estagiários, e sistemática diferenciada para avaliação de desempenho de dirigentes;
- A Esaf participou do XV CLAD apresentando a experiência da escola com avaliação de desempenho com ferramenta de gestão;
- Foram realizadas 161 capacitações de servidores da Dirad, média superior a duas capacitações por servidor;



- Visando à melhoria da comunicação, foram realizados diversos encontros semanais via "web conference" com os Centresafs;
- Foi realizada a I Oficina de Gestão Financeira;
- Foram realizadas reuniões mensais do COGEP Comitê de Gestão com Pessoas;
- Foi realizada a Semana da Qualidade de Vida, na Sede.

Gestão Documental:

Foi concebido e implantado programa de organização dos documentos da Esaf, cujas ações iniciais concentram-se no seu arquivo geral e nos principais arquivos correntes da instituição. Para isso, foi fortalecida a equipe do Setor Administrativo – SEADM, com a contratação de responsável pela gestão dos documentos e designada Comissão de Avaliação de Documentos - CAD.

Ações concretas foram realizadas, com a elaboração, implementação e disponibilização de procedimento operacional padrão, a capacitação dos servidores responsáveis pelos arquivos correntes das diversas áreas, com especialista da Coordenação Geral de Recursos Logísticos COGRL do MF e a aquisição de arquivos deslizantes (em uso na Dires, na Secretaria Escolar e no arquivo geral da Esaf).

No momento da conclusão do presente relatório, março de 2011, o arquivo geral encontra-se em fase final de organização. O próximo passo será a organização dos arquivos correntes, o que tornará mais ágeis e confiáveis as atividades de seleção, classificação, ordenação, arquivamento, transferência, acondicionamento e eliminação de documentos.

Sistemas Implantados:

Foram implantados os seguintes sistemas a fim de tornar mais confiáveis as rotinas da Esaf:

- SCDP Sistema de Controle de Diárias e Passagens;
- COMPROT-DOC sistema de controle, registro, envio e recebimento de correspondências e documentos oficiais;
- Sistema de Demandas (em fase de homologação) objetiva servir de meio de solicitação, acompanhamento e registro histórico de todas as demandas de prestação de serviços pelas áreas fim da Esaf às áreas meio. Já se encontra implantado o módulo de registro e acompanhamento das demandas da Dirad realizadas à COGRL.

Serviços realizados:

O Setor Administrativo da Esaf e a Superintendência de Administração do MF no DF - SAMF-DF realizaram diversos serviços no ano de 2010, destacando-se os citados a seguir:

Infraestrutura física:

- Construção de sala segura para processamento de dados de concursos de concursos e processos seletivos;
- Sistema de segurança monitorado com CFTV circuito fechado de televisão;
- Sistema de segurança para livros da biblioteca;
- Reforma do sistema de ar condicionado (em andamento);
- Construção do primeiro módulo do sistema de ar condicionado central de água gelada (em andamento).

<u>Infraestrutura de atendimento:</u>

- Serviços de impressão de cadernos de provas em Brasília–DF;
- Serviços de impressão em off-set e acabamento;
- Consolidação dos serviços de reprografia em contrato único;
- Carteiras escolares;
- Serviço de fornecimento de coffee-break para todos os Centresafs (em andamento).



Infraestrutura interna:

- Contratação de projeto para justificar a locação ou a aquisição de computadores;
- Material de consumo (SRP sistema de registro de preços);
- No-breaks, instalados em pontos vulneráveis.

Serviços oferecidos:

• Curso de inglês a distância;

Melhorias da Infra-Estrutura Física:

Além das aquisições listadas acima, diversas melhorias na infraestrutura física foram realizadas, dentre as quais destacam-se:

- Reforma do bloco F (Dirco, Secretaria Escolar e Banco do Brasil);
- Lavagem do concreto aparente (prédio principal da Esaf);
- Modernização das instalações do auditório;
- Aquisição e instalação de elevador de acessibilidade ao mezanino do restaurante;
- Recuperação do setor esportivo;
- Impermeabilização do espelho d'água em frente ao auditório;
- Revitalização dos jardins da Esaf;
- Criação da Trilha Labiata, caminho de ligação entre a Esaf e o Jardim Botânico;
- Instalação de terminal de autoatendimento da Caixa Econômica Federal;
- Recuperação dos quadros brancos das salas de aula;
- Instalação de aparelhos de ar condicionado tipo split em diversos ambientes;
- Implantação de sistema de leitura ótica para controle da frequência dos eventos promovidos pela DIRAT.

Durante o ano de 2010, a Esaf hospedou 2.728 servidores, totalizando 11.368 diárias e arrecadação de R\$ 480.662,50. Forneceu aproximadamente 39.584 *coffee-breaks*, mais 7.049 garrafas de café, ao custo total de R\$ 294.056,13. A fim de permitir que todas essas ações fossem possíveis, a Dirad conduziu com sucesso a negociação da liberação de cotas limites orçamentárias.

2.3.1.7 – Centro Estratégico de Educação a Distância (CEEAD).

O Centro Estratégico de Educação a Distância realiza capacitações de servidores do Ministério da Fazenda e outros órgãos na modalidade à distância.

O planejamento das capacitações em educação a distância é uma necessidade imperiosa, tendo em vista atingir os resultados da ação educacional previstos nas trilhas de capacitação da Esaf. A composição da estrutura curricular dos cursos é organizada privilegiando as dimensões do ser humano na sua concepção.

Em 2010, o CEEAD realizou 33 cursos, em parceria com os órgãos do governo, SPOA, CGU, PGFN, TCM-GO, STN, Ministério do Planejamento, Ministério da Educação, CDTC-ITI, UCP – MDS, TCU, Sefaz, CentrEsaf, num total de mais de 40 mil alunos e contou com cerca de 1.600 Colaboradores Eventuais. Vale destacar que, a partir da cooperação firmada entre a ESAF e o Instituto Sezerdelo Correia – IES/TCU, já foram capacitados a distância, nos anos de 2009 e 2010, 2.932 agentes públicos municipais no curso de "Gestão Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas", iniciativa essa que, mereceu pronunciamento favorável, por parte da Presidência do TCU, em Seção Ordinária do Plenário, realizada em 02/12/2009.



2.3.1.8 - Gerência de Tecnologia e Informação (GERTI)

Em 2010 a Gerti contou com equipe variando de 18 a 22 pessoas ao longo do ano, entre funcionários, estagiários, terceirizados e contratos temporários no Processo Seletivo Simplificado PSSs. Esta equipe se dividiu entre: suporte microinformática, multimeios, suporte rede, manutenção dos sites e treinamentos. Para um parque de 507 microcomputadores, foram realizados 199 atendimentos com substituição de peças, além de mais de 3 mil atendimentos de âmbito geral. Foram treinadas 566 em diversos cursos da área de informática.

Foram intensificados os trabalhos de acompanhamento dos sistemas SIGEP (projetos), SIGEV (eventos) e SISCON (concursos). Estes dois últimos ainda não implantados. Ambos os sistemas tem previsão de entrar em funcionamento no primeiro semestre de 2011. Durante ano a Gerti também apoiou a construção dos indicadores estratégicos da ESAF, gerando dados e buscando soluções junto ao SERPRO.

2.3.1.9 - Educação Fiscal (GEREF)

A Educação Fiscal é um processo que visa à construção de uma consciência voltada ao exercício da cidadania. O objetivo é propiciar a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controles social e fiscal do Estado.

A Esaf coordena o Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF, cujo objetivo é mobilizar e formar a consciência fiscal e social.

O programa se desenvolve com a participação de Instituições Gestoras Federais, Estaduais e Municipais. No plano nacional, os Gestores são: Ministério da Educação, Controladoria-Geral da União, Secretaria de Orçamento Federal, Secretaria da Receita Federal do Brasil e Secretaria do Tesouro Nacional, Procuradoria da Fazenda Nacional. Nos estados, participam do programa as Secretarias de Educação e Secretarias de Fazenda. Em 2010, pelo menos 120 municípios brasileiros assinaram decreto que institucionaliza o programa. Tal adesão é fundamental, pois as ações de educação fiscal ocorrem diretamente nos municípios, onde se localiza seu público-alvo.

A execução do programa ocorre de forma descentralizada. Cabe aos gestores regionais e municipais a elaboração dos seus planos estratégicos, considerando as peculiaridades regionais e a observância das diretrizes estabelecidas pelo PNEF.

Em 2010, foram capacitados 12 mil disseminadores de educação fiscal nos Estados, na modalidade de educação a distância. No período de 2004 a 2010, foram treinados 70 mil disseminadores e 2 mil tutores. Somando-se as modalidades à distância e presencial, estima-se que foram capacitados 90 mil disseminadores até o momento.

Como a implementação do programa também conta com servidores públicos nas três esferas de governo, a Esaf treinou em educação fiscal 1.200 auditores, dentro do Programa de Formação Profissional da Receita Federal do Brasil. No Programa de Formação de Dirigentes Fazendários – PDFAZ capacitou 500 lideranças em educação fiscal. Os dois cursos ocorreram na modalidade à distância.

2.3.1.9.1. AÇÃO: 6267 - Produção de Material para Disseminação da Educação Fiscal

Programação Física	Previsto	Realizado	% de atingimento
Físico – candidato selecionado / unidade	15.000	15.000	100
Financeiro (R\$ 1,00)	210.000,00	17.000,00	8,10

Fonte: PPA 2008/11



A ação 6267 utilizou recursos para reproduzir os cadernos pedagógicos do Curso de Disseminadores de Educação Fiscal, na modalidade presencial e a distância com gastos de R\$ 17.000,00, somente 8,10% do total previsto, em razão do contingenciamento ocorrido durante o exercício. Para completar a produção necessária, a Escola utilizou recursos do Funtrede.

1.3.1.9.2. AÇÃO: 6268 - Formação de Disseminadores de Educação Fiscal

Programação Física	Previsto %	Realizado %	Execução/Previsão %
Físico – pessoa capacitada/unidade	20.000	12.000	60,00
Financeiro (R\$1,00)	244.000,00	126.225,00	51,73

Fonte: PPA 2008/11

No exercício de 2010, em virtude do contingenciamento dos recursos desta ação, os recursos necessários para completar a programação prevista, foram viabilizados pelo Funtrede, no âmbito do Centro Estratégico de Ensino a Distância.

1.3.1.9.3 – AÇÃO: 10F0 – Sistema do Programa Nacional de Educação Fiscal (SISPNEF)

Programação Física	Previsto %	Realizado %	Execução/Previsão %
Físico – pessoa capacitada/unidade	100,00	50,00	50,00
Financeiro (R\$1,00)	13.500,00	4.320,00	32,00

Em 2010, esperava-se concluir o sistema. Todavia, por problemas orçamentários, somente foi realizado 50% do previsto, com gasto financeiro de R\$ 4.320,00.

2.4 - CentrEsafs

Os CentrEsafs, órgãos regionais da Esaf estabelecidos nas dez regiões fiscais, com jurisdição em todo território Nacional, recebem demandas de capacitação, recrutamento e seleção em concursos públicos prioritariamente dos órgãos do Ministério da Fazenda, com expressiva concentração nos órgãos nacionais, regionais e locais da RFB, assim como, dos órgãos regionais da Procuradoria da Fazenda Nacional e das Superintendências de Administração do Ministério da Fazenda. Atende também demandas de outros órgãos da União e de órgãos fazendários dos Estados e Municípios.

Para a execução de suas atividades, contam com um contingente de 142 servidores públicos e terceirizados, bem como de contratação de colaboradores eventuais em atividades, principalmente, de instrutoria.

As despesas realizadas nas atividades de capacitação foram, no geral, menores do que o previsto, refletindo o esforça da Escola em "fazer mais com menos".

2.4.1 - CentrEsaf-BA

Embora o ano de 2010 tenha sido um ano difícil para a Escola, em razão da falta de recursos humanos e de estrutura para o desempenho das atividades demandadas pelos órgãos clientes, atribui-se a superação da meta em 59,35% devido principalmente ao esforço e empenho da equipe em acumular e desempenhar tarefas designadas a outros servidores da Escola, além da possibilidade de trabalhar por projeto, o que sobremaneira lhe proporciona possibilidade de contar com mão-de-obra contratada por tempo determinado por projeto, além de contar com o apoio de colaboradores terceirizados.



O CentrEsaf/BA apresentou os seguintes resultados, conforme demonstração abaixo especificada. Valores em R\$ 1,00

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira (R\$ 1,00)	705.300	663.764	94,11
Física	2.000	3.187	159,35

Indicadores	Previsto %	Realizado %	% de atingimento
Grau de satisfação do aluno	89,00	94,70	106,40
Grau de satisfação do órgão-cliente	86,00	96,03	111,66

2.4.2 - CentrEsaf-CE

Para o ano de 2010, foi estabelecida a meta de 2.000 capacitações. O número de capacitações realizadas atingiu 2.598 capacitações, superando em 29,90% meta estabelecida.

O CentrEsaf-CE, em parceria com o curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará, criou a *Rede de Pesquisa em Finanças Públicas*, cujo objetivo é: "ser um canal de integração entre os pesquisadores (Universidades, Institutos de Pesquisa) e os profissionais das administrações tributárias e orçamentárias (Ministérios da Fazenda e Planejamento, ESAF, Receita Federal, Tesouro Nacional, Secretarias de Fazenda a Planejamento dos Estados, Secretarias de Finanças dos Municípios) com interesse na área de Finanças Públicas, envolvendo dentre outros temas: o modelo tributário, a eficiência das despesas e investimentos públicos, a previdência social e a regulação da atividade econômica". Esta rede funciona como uma comunidade virtual hospedada no ambiente CATIR, do Governo Federal.

Valores em R\$ 1,00

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira (R\$ 1,00)	300.000	302.658	100,89
Física	2.000	2.598	129,90

Indicadores	Previsto %	Realizado %	% de atingimento
Grau de satisfação do aluno	90,00	96,20	106,89
Grau de satisfação do órgão-cliente	87,00	99,10	113,91

2.4.3 - CentrEsaf-DF

O CentrEsaf/DF atendeu em 2010 um total de 5.132 pessoas nas diversas iniciativas de capacitação empreendidas, com gastos financeiros que superaram R\$ 1.790 mil, tanto com o orçamento do CentrEsaf, como também com as descentralizações ocorridas, superando em 2,64% o previsto.

Os eventos de capacitação desenvolvidos pautaram-se nas diretrizes estabelecidas pela ESAF e, de modo geral, o índice de satisfação (em média de 98%) dos participantes foi considerado bastante positivo para o desempenho dos instrutores e a proposta educacional.

Valores em R\$ 1,00

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira (R\$ 1,00)	2.000.000	1.790.391	89,52
Física	5.000	5.132	102,64



Indicadores	Previsto %	Realizado %	% de atingimento
Grau de satisfação do aluno	100,00	98,00	98,00
Grau de satisfação do órgão-cliente	100,00	95,00	95,00

2.4.4 - CentrEsaf-MG

O número de capacitações em 2010 chegou a 4.831, ultrapassando a meta de 3 mil em 61,03%, com grau de satisfação de 95,43 tanto para os alunos, como para os órgãos clientes. Numa previsão de R\$ 1.197.929,62 foi executado R\$ 1.111.636,19, isto é 92,81% do previsto.

No esforço para compartilhar conhecimento, o CentrEsaf/MG, além dos órgãos integrantes da União, cobriu cerca de 2.005 alunos matriculados, distribuídos em quase 100 municípios mineiros.

Valores em R\$ 1.00

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira (R\$ 1,00)	1.197.930	1.111.636	92,80
Física	3.000	4.831	161,03

Indicadores	Previsto %	Realizado %	% de atingimento
Grau de satisfação do aluno	90,00	95,43	106,03
Grau de satisfação do órgão-cliente	90,00	95,43	106,03

2.4.5 - CentrEsaf-PA

As metas de treinamento foram cumpridas, com execução de 58 projetos e 2.691 capacitações, com destaque para a realização da Semana de Administração Orçamentária e Financeiras em Belém, com a participação de 641 servidores públicos, cuja média de satisfação, feita em avaliação, alcançou 99%.

O resgate do Pólo de Manaus, ocorrido neste ano, será de grande importância para que a Esaf possas atender à crescente demanda dos órgãos fazendários da União, Estado e Municípios.

Valores em R\$ 1,00

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira (R\$ 1,00)	758.000	820.878	108,30
Física	2.000	2.691	134,55

Indicadores	Previsto %	Realizado %	% de atingimento
Grau de satisfação do aluno	90,00	93,30	103,67
Grau de satisfação do órgão-cliente	90,00	99,00	110,00

2.4.6 - CentrEsaf-PE

O CentrEsaf/PE em 2010 obteve resultados positivos, apesar das grandes dificuldades ocasionadas pela reforma estrutural no prédio do Ministério da Fazenda, além da precariedade das instalações físicas para as rotinas de trabalho e escassez de pessoal.



Diante disso, atribui-se o atingimento das metas, perfazendo um total de 3.644 capacitações, graças ao empenho, dedicação, persistência e comprometimento da equipe, havendo a superação dessas adversidades e em consequência, o cumprimento da missão institucional da ESAF.

Valores em R\$ 1,00

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira (R\$ 1,00)	311.245	208.592	67,02
Física	3.000	3.644	121,47

Indicadores	Previsto %	Realizado %	% de atingimento
Grau de satisfação do aluno	90,00	95,60	106,22
Grau de satisfação do órgão-cliente	90,00	93,90	104,33

2.4.7 - CentrEsaf-PR

Em 2010 as metas de capacitação foram praticamente alcançadas, de vez que chegou a 99,77% do previsto de 3 mil com realização de 2.993 capacitações, com gastos de R\$ 621.412,42. O grau satisfação do participante ficou em 97,36% e do contratante de 97,58%, acima, portanto, das metas definidas.

Entre as prioridades da Esaf/PR para o ano de 2011 estão a estruturação de um parque tecnológico eficiente e adequado às necessidades da unidade e seus clientes; a capacitação dos servidores e a busca de um novo imóvel para instalação da unidade, considerando que o atual já não atende às necessidades identificadas.

A ressalva que consta da declaração do Contador foi regularizada em janeiro de 2011 e deveu-se a empenho da nota de crédito 2010NC001146, feito no domingo dia 20 de dezembro, pagamentos realizados, via ordem bancária do Banco do Brasil, pagas dias 27 e 28 de dezembro. As ordens que acusaram domicílio bancário inexistente, ou seja, as que foram canceladas e devolvidas impossibilitaram a sua reapresentação em tempo hábil até dia 31 de dezembro pelo CentrEsaf-PR UJ 170155, pois não houve expediente bancário nessa data.

Valores em R\$ 1.00

			, -, -
META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira (R\$ 1,00)	650.000	621.412	95,60
Física	3.000	2.993	99,77

Indicadores	Previsto %	Realizado %	% de atingimento
Grau de satisfação do aluno	90,00	97,36	108,18
Grau de satisfação do órgão-cliente	90,00	97,58	108,42

2.4.8. CentrEsaf-RJ

O CentresafRJ tinha como meta em 2010, atingir 4.500 capacitações, chegando ao final do ano com o quantitativo de 4.943 capacitações, ou seja, 109,84% da meta, com gastos da ordem de R\$ 572 mil. O percentual de satisfação dos treinandos foi de 95,20% e o de satisfação dos clientes foi de 97,80%.

Com a criação da Gratificação de Atividade de Escolas de Governo-GAEG conseguimos trazer para o CENTRESAF, alguns servidores aumentando qualitativamente e quantitativamente a nossa força de trabalho.



Valores em R\$ 1,00

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira (R\$ 1,00)	634.728	571.961	90,11
Física	4.500	4.943	109,84

to

2.4.9. CentrEsaf-RS

Em 2010 todas as metas foram superadas. Foram executados 95 eventos com um grau de satisfação do participante de 94,47% e do contratante de 97,77%, acima, portanto, das metas definidas. No período foram realizadas 4.378 capacitações, superando a meta definida de 3.000, com gastos financeiros que superaram R\$ 580 mil.

Outros são cursos na modalidade de Projetos Abertos com grande aceitação entre os órgãos públicos, onde o Centresaf/RS tem uma maior possibilidade de planejamento do evento de capacitação. O sucesso desse planejamento sempre estará associado à demanda por vagas e a avaliação dos participantes. Em geral estes cursos estão contemplados nos macroprocessos de Gestão ou Orçamentário-Financeiro.

Valores em R\$ 1,00

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira (R\$ 1,00)	550.000	587.152	106,75
Física	3.000	4.378	145,93

Indicadores	Previsto %	Realizado %	% de atingimento
Grau de satisfação do aluno	90,00	94,47	106,08
Grau de satisfação do órgão-cliente	90,00	97,77	105,30

2.4.10. CentrEsaf-SP

O CentrEsaf/SP está trabalhando muito a questão da melhoria do ambiente de trabalho. Buscando a interação de seus serviços, ao mesmo tempo em que torna o espaço físico mais adequado e salubre, com o intuito de proporcionar uma nova forma de trabalho, com instalações prontas para o atendimento das diversas demandas e uma cultura de cooperação, colaboração e harmonia entre os servidores, uma vez que nosso quadro de funcionários é muito reduzido.

As metas previstas foram ultrapassadas em 16,75% no financeiro e em 25,39% na física, com grau de satisfação dos alunos e dos clientes superiores a 92% e 97%, respectivamente.

Valores em R\$ 1,00

			, 410100 0111 114 1,00
META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira (R\$ 1,00)	420.000	487.937	116,75
Física	3.300	4.138	125,39

Indicadores	Previsto %	Realizado %	% de atingimento
Grau de satisfação do aluno	100,00	92,60	92,60
Grau de satisfação do órgão-cliente	100,00	97,10	97,10



2.5. QUADROS PARA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010 (Base Normativa: Portaria-TCU nº 277/2010)

ITEM 1 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU № 107/2010

Identificação das UJ Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Identificação das UJ Relator	rio de Gestao Consolida	do e Agregado						
Poder e Órgão de Vinculação								
Poder: Executivo								
Órgão de Vinculação: Ministério da FazendaCódigo SIORG: 000344								
Identificação da Unidade Jurisd	icionada consolidadora e agr	regadora						
Denominação completa: Escola d	le Administração Fazendária							
Denominação abreviada: ESAF								
Código SIORG: 000344	Código na LOA: 2		Código SIAFI: 17000)9				
Natureza Jurídica: Órgão Público	o da Administração Direta do 1	Poder Executivo						
Principal Atividade: Educação			Código CNAE:8095-					
Telefones/Fax de contato:	(061) 3412-6130	(061) 3412-6131	(061) 3412	-6106				
E-mail: dirge.df.Esaf@fazenda.go								
Página na Internet: http://www.B								
Endereço Postal: Rodovia DF-00								
Setor de Habitações Individuais Su	al							
Lago Sul/DF								
CEP: 71.686-900								
Identificação das Unidades Juris	dicionadas consolidadas	1 4	150	0.7.7				
CENTRESAF – BA		Ativ						
CENTRESAF - CE		Ativ						
CENTRESAF - DF		Ativ						
CENTRESAF – MG CENTRESAF – PA		Ativ Ativ						
CENTRESAF – PA CENTRESAF – PE		Ativ						
CENTRESAF – PE		Ativ						
CENTRESAF – PR		Ativ						
CENTRESAF – RS		Ativ						
CENTRESAF – RS		Ativ						
Identificação das Unidades Juris	edicionadas agregadas	71111	170	132				
Número de Ordem: 1	dicionadas agi egadas							
Denominação completa : Fundo E	Senecial de Treinamento e Des	envolvimento						
Denominação abreviada: FUNTE	_	envorvimento						
			C/P GIODG					
Código SIORG:	Código SIORG:		Código SIORG:					
Situação: ativa								
Natureza Jurídica: Vide relação i	no texto descritivo							
			Principal Atividado	e: Vide Tabela				
Principal Atividade: Vide Tabela			CNAE/IBGE					
		le						
Telefones/Fax de contato:	contato:	Telefones/Fax de	e contato: Telefones/	Fax de contato:				
E-mail: dirge.df.Esaf@fazenda.go	<u>vv.br</u>							
Página na Internet: http://www.E	<u>Esaf.fazenda.gov.br</u>							
Endereço Postal: Rodovia DF-00	1 km 27,4							
Setor de Habitações Individuais Su	ıl							
Lago Sul/DF								
CEP: 71.686-900								
Normas relacionadas às Unidado								
CRIAÇÃO: O Decreto Presidenci			mou o Centro de Treina	amento e				
Decenvelvimente de Decensil de M	Chilatelain de Francis CETDE	MEA no Ecoole de A	1	L. DOAD				

Desenvolvimento do Pessoal do Ministério da Fazenda -CETREMFA na Escola de Administração Fazendária - ESAF.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas



ESTRUTURA ORGÂNICA: Decreto nº 5.510, de 12 de agosto de 2005

REGIMENTO INTERNO: Portaria GM nº 420, de 23 de dezembro de 2005, publicada no DOU de 26 de dezembro de 2005.

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas

ITEM 2 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU № 107/2010

Demonstrativo da Execução por Programa de Governo a) PROGRAMA 0777

Identificação do Programa d	e Governo						
Código no PPA: 0777	Denominação: Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins						
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais							

Objetivo Geral: Desenvolver recursos humanos mediante formação e educação continuada de servidores e profissionais, visando a capacitação por competências individuais

Objetivos Específicos:

Capacitar servidores públicos e profissionais para o melhor desempenho de suas funções.

28.437.613,17

38.423.235.00

- Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
- Selecionar e formar servidores públicos objetivando a qualificação de pessoal do serviço público.

Gerente: Mauro Sérgio Bogéa Soares Responsável: João Dias Neto									
Público Alvo: Servidores públicos e profissionais voltados ao aprimoramento do sistema tributário, do sistema de									
execução orçamen	itária e financeira, do	o sistema de contro	le e de áreas afins.						
							Em	R\$	
Informações orçai	mentárias e financeir	as do Programa					1,00		
Dotação		Despesa	Despesa	Restos		Empen	hag Da	200	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Inscritos	Líquido	Empen	mos Pa	gos	

26.388.419,70

5.251,945,00

26.388.419,70

Informações sobre os resultados alcançados									
		Referência			Índice	Índice			
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Data	Índice inicial	Índice final	previsto no exercício	atingido exercício	no		
	Grau de Satisfação dos								
1	Alunos	31/12/1999	76,00	90,00	90,00	93,93			
Fórmula de Cálculo do Índice									
Texto : Média aritmética das notas atribuídas pelos alunos em questionário padrão									
Análise o	do Resultado Alcancado								

Texto – O resultado ficou acima da meta, demonstrando a eficiência da Esaf em relação a este indicador.

Fonte: PPA/2010

38.423.235.00

		Referência			Índice	Índice		
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Data	Índice inicial	Índice final	previsto n exercício	atingido exercício	no	
	Grau de Satisfação dos							
2	Contratantes	31/12/1999	85,00	95,00	95,00	97,03		
Fórmula	de Cálculo do Índice							
Texto- Média aritmética das notas atribuídas pelos contratantes em questionário padrão								
Análise do Resultado Alcançado								

Texto – O resultado ficou acima da meta, demonstrando a eficiência da Esaf em relação a este indicador..

Fonte: PPA/2010



b) PROGRAMA 8010

Identificação do Programa de GovernoCódigo no PPA: 8010Denominação: Educação Fiscal

Tipo do Programa: Finalistico

Objetivo Geral: Promover o exercício da cidadania mediante a sensibilização da população para a função sócioeconômico do tributo e o incentivo ao controle social da aplicação dos recursos públicos.

Objetivos Específicos:

- O PNEF será executado de forma descentralizada, cabendo aos gestores regionais e municipais a elaboração de seus planos estratégicos;
- O PNEF terá um balizamento de macro-indicadores, que constituem as expectativas de metas a serem atingidas nacionalmente;
- O PNEF deverá induzir, mediante documentos formais, uma sinergia entre os diversos atores que dele participam, garantindo apoio logístico e financeiro às ações;
- Os GEFES regionais estabelecerão metas próprias, que serão acompanhadas pela Coord.-Geral;
- A produção de materiais tem por base o Referencial Teórico-Metodológico, devendo haver permanente socialização do material produzido e das experiências realizadas;
- As ações do PNEF serão desenvolvidas de forma gradativa, capaz de contemplar todos os módulos de abrangência;
- Estruturação do PNEF nas instituições gestoras, garantindo as condições e os recursos necessários à sua implementação;
- Realização das ações de caráter educacional, sem vinculação da marca do governo.

Gerente:	Mauro Sé	rgio Bogéa Soares		Responsável:	João D	ias Neto				
Público A	Alvo:									
Informa	ções orçam	entárias e financeira	as do Programa						Em 1,00	R\$
Dotação			Despesa	Despesa		Restos	a Pagar	Vol	res Pagos	
Inicial		Final	Empenhada	Liquidada		não pro	cessados	vaic	nes i agus	
587.000,0)0	535.500,00	158.215,00	158.215,00		0,0		158.	215,00	
Informa	ções sobre	os resultados alcanç	ados							
			Referência				Índice		Índice	
Ordem	Indicador	(Unidade medida)	Data	Índice inicial	Índice	final	previsto exercício	no	atingido exercício	no
1	Taxa Municipa	de Abrangência l	30/04/2003	30,0	80,0		60,0		43,6	
Fórmula	de Cálculo	o do Índice								
Texto: F	Relação per	rcentual entre o núm	iero de municípios	atingidos pelo	Progra	ama e o t	total de mun	icípi	os do país.	
Análise d	lo Resultac	do Alcançado								
Texto - C) Resultad	o ficou abaixo do esp	pero, tendo em vist	a o contingenc	imanet	o de reci	ursos.			
			Referência				Índice		Índice	
Ordem	Ordem Indicador (Unidade medida)		Data	Índice inicial	Índice	e final	previsto exercício	no	atingido exercício	no
	Taxa de	Capacitação de								
	Professor	es da Rede Pública								
2	com Educ	cação Fiscal	12/12/2004	5,6	25,0		15,0		14,5	
		o do Índice								
		ial de professores d		fundamental	qualific	cados en	n educação	fisca	l e o total	l de
docentes	em exercí	cio no ensino fundan	nental e médio.							

Texto - Não foi possível cumprir a meta estipulada, tendo em vista o contingenciamento de recursos.

Fonte: PPA/2010

Análise do Resultado Alcançado



Informaç	Informações sobre os resultados alcançados											
	Indicador (Unidade medida)	Referência	Referência									
Ordem		Data	Índice	Índice	previsto no	Índice atingido no						
	medida)	Data	inicial	final	exercício	exercício						
	Taxa de Atendimento											
	com Educação Fiscal a											
	Alunos de Ensino											
	Fundamental da Rede											
3	Pública	30/04/2003	7,0	25,0	15,0	14,3						
F./ 1	1 0/1 1 1 f 11	•	•	•	•							

Fórmula de Cálculo do Índice

Texto: Relação percentual entre o número de alunos de ensino fundamental atingidos pelo Programa e o total de alunos matriculados no ensino fundamental.

Análise do Resultado Alcançado

Texto - Não foi possível cumprir a meta estipulada, tendo em vista o contingenciamento de recursos

	Indicador (Unidade	Referência			Índice	Índice atingido no
Ordem	medida)	Data	Índice inicial	Índice final	previsto no exercício	exercício
	Taxa de Atendimento					
	com Educação Fiscal a					
	Alunos de Ensino					
	Fundamental da Rede					
4	Pública	30/04/2003	6,5	30,0	20,0	15,0

Fórmula de Cálculo do Índice

Texto- nº percentual de professores do ensino médio atingidos pelo Programa e o total de alunos matriculados no ensino médio.

Análise do Resultado Alcançado

Texto – Não foi possível cumprir a meta estipulada, tendo em vista o contingenciamento de recursos.

Fonte: GEREF

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Funç ão	Subfunção	Pro gra ma	Ação	Tipo da Ação	Prio rida de	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
04	128	0777	6227	Atividade		Pessoa capacitada	80.818	80.817	45.571
04	122	0777	2272	Atividade		R\$	17.047.417	12.577.520	21.556.959
04	128	0777	2250	Atividade		Candidato selecionado	1.620	1.720	3.000
04	128	0777	2003	Atividade		Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
99	999	8010	6268	P/A/OP	1234	Unidade	20.000	12.000	20.000
99	999	8010	6267	P/A/OP	1234	Unidade	15.000	15.000	10.000
99	999	8010	10FO	P/A/OP	1234	Percentual	100,0	50,0	100,0

Fonte: PPA/2010



Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código UGO	SIAFI	da
Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento	25913	170009		
Ministério da Fazenda	25101	170009		

Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

	j. a	•					, alores	CIII Ι (ψ 1,00	
			Grupos de	Despesas Corr	entes				
			1 – Pesso	al e Encargos	2 – Juros e Encargos da		3- Outras	Despesas	
Orige	em dos Créditos Orç	çamentários	Sociais		Dívida		Correntes		
			Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010		
	Dotação proposta pela UO						31.366.080	72.250.200	
₽	PLOA					21.537.168	38.493.235		
LOA	LOA						21.537.168	36.493.235	
	Suplementares						39.613.289		
S	Especiais	Abertos							
2	Especiais	Reabertos							
CRÉDITOS	Extraordinários	Abertos							
	Extraordinários Reabertos								
CE	Créditos Cancelad	los							
Outra	as Operações								
Total							60.150.457	36.493.235	

Fonte:

Programação de Despesas Capital

Valores em R\$ 1.00

	gramação de D						v alores (HI K\$ 1,00
			Grupos de D	espesa de Ca	pital			
Orig	em dos Créditos O	rçamentários	4 – Investim	entos	5 – Financeiras	Inversões	6- Amor Dívida	tização da
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
	Dotação proposta	pela UO	1.000.000	1.930.000				
₹	PLOA		1.000.000	1.930.000				
LOA	LOA		1.000.000	1.930.000				
	Suplementares							
	Especiais	Abertos Reabertos						
OS	Especiais	Reabertos		_				
CRÉDITOS	Extraordinários	Abertos						
ÉD	Extraordinarios	Reabertos						
CR	Créditos Cancelad	dos						
Outr	as Operações							
Tota			1.000.000	1.930.000				

Fonte: SIAFI

Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva Contingência		de
Origeni de	os Creditos Orçanicharios	Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009 2010		2009	2010	
o Dota	ıção proposta pela UO	31.366.080	72.250.200	1.000.000	1.930.000			



	PLOA		21.537.168	36.493.235	1.000.000	1.930.000	
	LOA		21.537.168	36.493.235	1.000.000	1.930.000	8.994.440,83
	Suplementares		39.613.289				
SO	Especiais	Abertos					
CRÉDITOS	Especiais	Reabertos					
[Extraordinários	Abertos					
(S	Extraorumarios	Reabertos					
CF	Créditos Cancelad	los					
Outr	as Operações						
Tota	l		60.150.457	36.493.235	1.000.000	1.930.000	8.994.440,83

Fonte: SIAFI

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

•	<u> </u>	UG	po de Bespes	Despesas Corre		aiores em K\$ 1,00
Natureza da M de Crédito	Movimentação	concedente ou	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos	2 – Juros e Encargos da	3 – Outras Despesas
	T	recebedora		Sociais	Dívida	Correntes
Movimentação	Concedidos	170009				19.034.129,94
Interna		170009				11.790.930,92
111001110	Recebidos	170077				693.104,17
		170039				1.130.233,28
		170017				1.286.659,56
		170087				1.583.364,15
		170216				798.723,72
		170057				674.752,15
		170155				741.276,13
		170115				2.597.376,73
		170176				974.242,09
		170132				1.332.306,10
Movimentação	Concedidos					
Externa	Recebidos	170009				1.666.374,05
		UG		Despesas de Cap	oital	
Natureza da M de Crédito	Movimentação	concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação	Concedidos	1700009		925.679,28		
Interna	Recebidos					
Movimentação	Concedidos					
Externa	Recebidos					

Fonte: SIAFI

Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
Modandade de Contratação	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	2.290.727,00	3.888.806,00	2.283.507,03	3.787.242,49
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços	737.253,00	549.436,75	549.436,75	548.140,79
Contratações Diretas				



Dispensa e Cotação	18.212.084,00	593.965,00	18.110.605,95	407.634,88
Inexigibilidade	52.303,79	484.152,00	52.303,79	383.790,56
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	3.131,54	4.922,52	3.131,54	4.922,52
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	688.691,25	760.869,05	688.691,25	760.869,05
Outros	0,00	224,2	0,00	224,2

Fonte: SIAFI

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

							v alores em	114 1,00
Grupos de Despesa	Despesa Em	penhada	Despesa Liqu	ıidada	RP não pr	ocessados	Valores Pag	gos
Grupos de Bespesa	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de								
Pessoal								
2 – Juros e								
Encargos da Dívida								
3 – Outras Despesas								
Correntes								
	35.669.645,03	21.045.603,53	35.669.645,03	21.045.603,53	118.574,03	2.057.916,30	24.758.494,58	18.781.170,24

Fonte: SIAFI

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ Valores em R\$ 1.00

Cwanag da Dagnaga	Despesa Empenhada		Despesa Liq	Despesa Liquidada		essados	Valores	Pagos
Grupos de Despesa	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
4490.52	270.364,47	417.721,61	270.364,47	417.721,61	31.120,00			
							1	
5 – Inversões Financeiras						-		
6 – Amortização da Dívida								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI



Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

	Despesa Emp		Despesa Liqui	dada	RP process	não	Valores em R\$ Valores Pagos	1,00
Despesa	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 -	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010
Despesas de Pessoal								
Demais								
elementos do grupo								
2 – Juros e								
Encargos								
da Dívida								
Demais								
elementos								
do grupo								
3- Outras								
Despesas								
Correntes								
3390.14	666.692,56	637.460,93	666.692,56	637.460,93			666.692,56	637.460,93
3390.30	746.261,27	414.435,38	746.261,27	414.435,38			746.261,27	414.435,38
3390.31	39.000,00	39.000,00	39.000,00	39.000,00	ļ		39.000,00	39.000,00
3390.33	782.345,01	796.227,59	782.345,01	796.227,59			782.345,01	796.227,59
3390.36	10.586.842,23	7.106.558,93	10.586.842,23	7.106.558,93			10.527.305,38	7.106.558,93
3390.39	16.790.131,72	7.148.868,01	16.790.131,72	7.148.868,01	<u> </u>		16.790.131,72	7.148.868,01
3390.48	1.395.056,91	1.672.314,17	1.395.056,91	1.672.314,17	<u> </u>		1.395.056,91	1.672.314,17
3390.93	1.984,52	3.888,75	1.984,52	3.888,75			1.780,76	3.888,75
3391.39	1.420.368,90	1.444.047,65	1.420.368,90	1.444.047,65			1.420.368,90	1.444.047,65
3391.47	2.910.233,14	1.568.929,15	2.910.233,14	1.568.929,15	 		2.910.233,14	1.568.929,15
3391.92	60.568,06	156.911,95	60.568,06	156.911,95	-		0,00	156.911,95
Demais								
elementos								
do grupo					l			

Fonte:

SIAFI



Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos

recebidos por movimentação Valores em R\$ 1,00

Value									
Grupos de Despesa	Despesa Em	penhada	Despesa Liq	uidada	RP não pro	cessados	Valores P	agos	
Grupos de Despesa	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	
4 - Investimentos									
4490.52	270.364,47	417.721,61	270.364,47	417.721,61	31.120,00				
Demais elementos									
do grupo									
5 - Inversões									
Financeiras									
Demais elementos									
do grupo									
6 - Amortização da Dívida									
Demais elementos									
do grupo									

Fonte: SIAFI

ITEM 3 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos Valores em R\$ 1.00

Código	icação da Conta C SIAFI	Denomin	 acão					
coungo		Denomin	uçuo					
Linha l	Detalhe							
TIC	Creader (CND)	Credor (CNPJ/CPF) Saldo Final em Movimento Novimento Credor		Saldo	Final	en		
UG	Credor (CNP)	/CPF)	31/12/2009	Devedor	Movimento Credor	31/12/2010		
						0,00		

Fonte: não houve

ITEM 4 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU № 107/2010

Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

			valores em K# 1,00
essados			
não Processados Montante Inscrito Cancelamentos acumulados Salo acumulados Salo acumulados Salo acumulados Salo acumulados	Saldo a Pagar em		
	acumulados	os acumulados 31/12/2010	
Processados			
Montante Inscrito	Cancelamentos	Pagamentos	Saldo a Pagar em
Wiontante Histrito	acumulados	acumulados	31/12/2010
149.524,03			149.524,03
	Montante Inscrito Processados Montante Inscrito	Montante Inscrito Cancelamentos acumulados Processados Montante Inscrito Cancelamentos acumulados	Montante Inscrito Cancelamentos acumulados Processados Montante Inscrito Cancelamentos acumulados Processados Cancelamentos acumulados Pagamentos acumulados



Observações:	

Fonte: SIAFI

ITEM 5 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU № 107/2010

Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tinalogias das Causas		Lotação		Ingressos em	Egressos	em
Tipologias dos Cargos		Autorizada	Efetiva	2010	2010	
1 Provimento de cargo efeti			184			
1.1 Membros de poder e ag	entes políticos		00			
1.2 Servidores de Carreira			145			
1.2.1 Servidor de carreira vin			97			
	exercício descentralizado		13			
1.2.3 Servidor de carreira em	exercício provisório		12			
1.2.4 Servidor requisitado de	outros órgãos e esferas		13			
1.2.5 Empregado cedido pelo	SERPRO		10			
1.3 Servidores com Contrat	os Temporários		13			
1.4 Servidores Cedidos ou e	m Licença		26	01		
1.4.1 Cedidos			17	01		
1.4.2 Removidos			04			
1.4.3 Licença remunerada			05			
1.4.4 Licença não remunerad	a		00			
2 Provimento de cargo em o	comissão		39			
2.1 Cargos Natureza Especi	al		00			
2.2 Grupo Direção e Assess			38			
2.2.1 Servidor de carreira vin	culada ao órgão		19			
2.2.2 Servidor de carreira em	exercício descentralizado		00			
2.2.3 Servidor de outros órgão	os e esferas		04			
2.2.4 Sem vínculo			07			
2.2.5 Aposentado			08			
2.3 Funções gratificadas			01			
2.3.1 Servidor de carreira vin	culada ao órgão		01			
2.3.2 Servidor de carreira em	exercício descentralizado		00			
2.3.3 Servidor de outros órgã	os e esferas		00			•
3 Total			223			•

Fonte: SIAPE / SEADM



Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

1.Provimento de cargo efetivo 1.1. Membros de poder e agentes políticos 1.2. Servidores de Carreira 1.3. Servidores com Contratos Temporários 1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	Faixa Etá	ria (anos)			
Tipologias do Cargo	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	41	17	47	60	19
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira	35	10	35	52	17
1.3. Servidores com Contratos Temporários	05	04	03	01	00
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	01	03	09	07	02
2. Provimento de cargo em comissão	00	03	13	12	11
2.1. Cargos de Natureza Especial	00	00	00	00	00
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	00	03	13	12	10
2.3. Funções gratificadas	00	00	00	00	01

Fonte: SEADM

Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

	Tipologies de Cargo		Nível de Escolaridade								
	Tipologias do Cargo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
1.	Provimento de cargo efetivo	00	00	00	02	22	67	62	30	01	
	1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00	00	00	00	00	00	
	1.2. Servidores de Carreira	00	00	00	02	17	55	52	18	01	
	1.3. Servidores com Contratos Temporários	00	00	00	00	00	00	03	10	00	
	1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	00	00	00	00	05	12	07	02	00	
2.	Provimento de cargo em comissão	00	00	00	00	02	11	12	04	09	
	2.1. Cargos de Natureza Especial	00	00	00	00	00	00	00	00	00	
	2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	00	00	00	00	02	11	12	04	09	
	2.3. Funções gratificadas	00	00	00	00	00	00	00	01	00	

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SEADM

Composição do Quadro de Estagiários

Nível de	Quan	titativo de contra	atos de estágio vi	gentes	Custo do exercício
escolaridade	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(Valores em R\$ 1,00)
Nível superior	06	05	13	05	
 Área Fim 	02	03	07	02	
 Área Meio 	04	02	06	03	
Nível Médio	00	06	04	02	
 Área Fim 	00	02	00	00	
 Área Meio 	00	04	04	02	

Fonte: SEADM



ITEM 8 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU № 107/2010

Em cumprimento a lei 8.730, de 10 de novembro de 1993, comunicamos que as declarações de imposto de renda pessoa física e as autorizações para acesso junto a Receita Federal do Brasil, a partir de 2009, foram entregues e encontram-se arquivadas e disponíveis na Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (COGEP) do Ministério da Fazenda (MF) situado no Edifício Órgãos Centrais, Setor de Autarquias Sul, quadra 6, bloco O, 2º andar, sala 201.

Qualquer informação adicional pode ser obtida através da Sra. Cristina Calvet no telefone (61) 3412-5215 ou 3412-5258."

ITEM 9 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU № 107/2010

Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Ava	liaçã	0		
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos					X
objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores				X	
e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em					X
documentos formais.					
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores				X	
dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções					
operacionais ou código de ética ou conduta.					
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das					X
responsabilidades.					
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela				X	
UJ.					
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da					X
unidade.					
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos				X	
seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses					
riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de			X		
conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de		X			
risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma				X	
escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da				X	
unidade.					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar					X
responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e					X
valores de responsabilidade da unidade.					
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e				X	



alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					
, ,					
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de				X	
acordo com um plano de longo prazo.					
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios			X		
que possam derivar de sua aplicação.					
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente				X	
relacionados com os objetivos de controle.					
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e				X	
comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para				X	
permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e				X	
indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e				X	
<u>*</u>					
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas				X	
avaliações sofridas.					
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:		1			
 23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. 24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. 25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. 26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. 27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. Monitoramento 28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. 29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. 30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. 	1			X X X X X X X X X	

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- **(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

ITEM 10 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

Gestão ambiental e licitações sustentáveis.

Aspectos sobre a gestão ambiental	Ava	aliaçâ	ĭo		
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
 1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de					



certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério	v				
 avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido 	X				
• Se nouver concordancia com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo		X			
		Λ			
de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos					
sobre o consumo de água e energia?	3 7				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos	3 7				
poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído					
no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem			T 7		
ou reabastecimento (refil e/ou recarga).			X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada					
nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade				X	
de tais bens/produtos.					
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem				X	
exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do					
consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto					
ambiental.					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação,					X
como referido no Decreto nº 5.940/2006.					
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o				X	
consumo de água e energia elétrica.					
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha					
(palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de				X	
proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.					
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha					
(palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais:					
<u>LEGENDA</u>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é					
integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é					
parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento					
descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é					
parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é					
integralmente aplicado no contexto da UJ.	1	1			



ITEM 11 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO	GEOGRÁFICA	PROPRIEDADE		
	Belém	1	1	
	Belo Horizonte	1	1	
	Brasília	2	2	
BRASIL	Curitiba	1	1	
	Fortaleza	1	1	
	Porto Alegre	1	1	
	Recife	1	1	
	Rio de Janeiro	1	1	
	Salvador	1	1	
	São Paulo	1	1	
Subtotal Bras		11 11		
EXTERIOR	PAÍS	0	0	
Subtotal Exterior		0	0	
Total (Brasil + Ex	cterior)	10 10		

Fonte:

ITEM 12 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados		Avaliação			
		2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um					
todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					
	Info	rmaı	r quai	ntitati	vos
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.			X		
Segurança da Informação			X		
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com					
segurança da informação.			X		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante					
documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da					
UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade					
oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X



Info	rmar	ор	ercen	tual
de p	artici	paçã	0	
	X			
		X		
X				
	de p	de partici X X	de participaçã X X X	de participação X X X



ITEM 1 DA PARTE "B" DO ANEXO II DA DN TCU № 107/2010



MINISTÉRIO DA FAZENDA

	DO CONTADOR				
DECLARAÇÃO COM RESSALVA					
Denominação completa (UJ):	Código da UG :				
Escola de Administração Fazendária,					
consolidando as informações sobre a gestão	170087, 170115, 170132, 170155, 170176,				
das unidades de sua estrutura.	170216 e 170402				

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:

 a) Não regularização em 31/12/2010 do saldo da conta contábil 212630000 – Ordens Bancárias Canceladas na UG 170155 – CENTRESAF/PR.

Fundamento: Norma de Encerramento do Exercício, Obrigações em Circulação, item 17.15.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília-DF	Data	14 de fevereiro de 2011
Contador Responsável	Patio Roberto Campos Moreija Coordenador da Chordenação de Análise Contábil COGEF/SPOA/SE/MF	CRC ng	011634/o-9 CRC - DF